

Arqueologia

da Fortaleza de São José de Macapá

MARCOS ALBUQUERQUE

.....



Em marrom, a área escavada e as estruturas descobertas.

A Amazônia é revestida de lendas, de mistérios, e sobretudo assediada pela cobiça de vários povos. A busca do “eldorado”, da tribo das “amazonas” e de outras riquezas e curiosidades, despertou o interesse e o fascínio de diversos grupos europeus, de diferentes nacionalidades, desde o início da colonização do Brasil.

Mesmo antes da chegada dos portugueses ao Pará, os holandeses já haviam, nos idos de 1599, instalado dois fortes na Amazônia, na margem esquerda do Xingu. Logo no primeiro decênio do século XVII, ainda os holandeses

construíram, à margem direita do Amazonas, na ilha de Gurupá, um outro forte que denominaram de Mariocai.

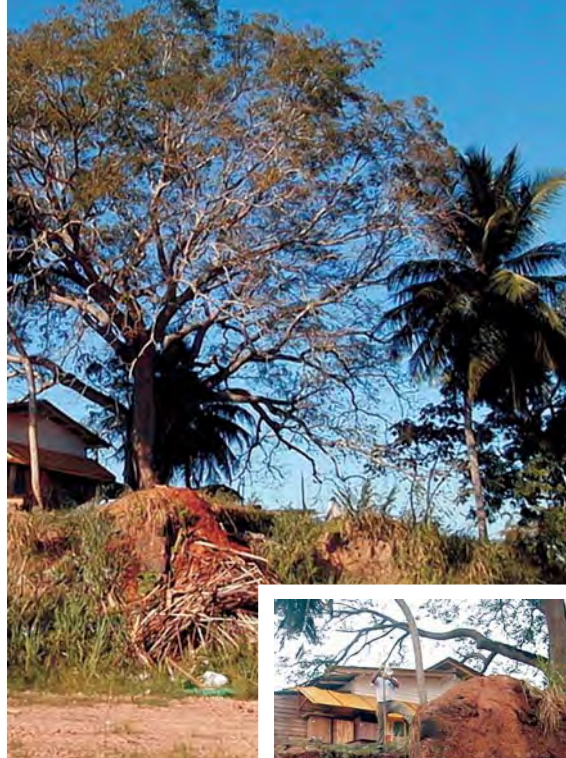
No início daquele século, expedições holandesas navegavam livremente na Amazônia, até que os portugueses começaram a atuar de forma mais enérgica na defesa daquelas terras.

Gradativamente, os lusitanos foram se assenhoreando da área, de modo que, em 1623, Manoel Maciel Parente construiu o Forte de Santo Antonio de Gurupá, no local onde havia o Forte Mariocai, dos holandeses. Em 1639, a ação do capitão João Pereira Cáceres, contando apenas

com algumas canoas guarnecidas, surpreendeu uma expedição holandesa e a derrotou.

Porém, não apenas os holandeses tinham interesses na Amazônia. Já em 1609, o irlandês Philip Purcell comercializava tabaco com os indígenas da Guiana. Não satisfeito com o escambo, ele e mais 14 irlandeses instalaram uma colônia voltada para o cultivo do fumo nas proximidades do rio Maracapuru. Empreendimento que prosperou até 1620, quando passou para o controle da Amazon Company. Esta Companhia tinha, inclusive, objetivos mais amplos, como o de estabelecer uma colônia na Amazônia. Eram propósitos desta colônia o plantio de tabaco, do algodão, da cana-de-açúcar, além da instalação de engenhos de açúcar na região. Este é um assunto que merece um artigo específico dado às complexas relações entre Espanha e Inglaterra à época.

No ano de 1625, os lusitanos se empenharam em estabelecer o controle sobre a Região. O comandante Pedro Teixeira, à frente de uma tropa



composta por portugueses e nativos, avançou energeticamente na área, vencendo e expulsando irlandeses, ingleses e holandeses. Iniciava-se um controle português mais enérgico, das terras amazônicas.

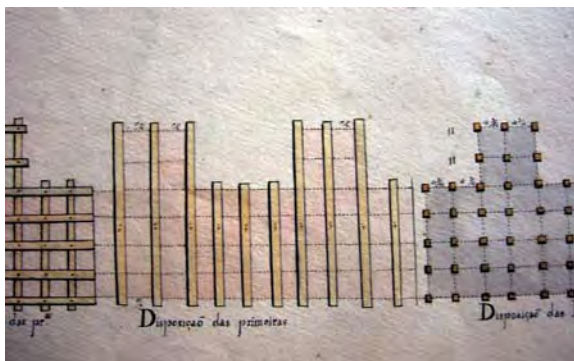
Com tantos e tão diversos interesses pela Amazônia, tal como os holandeses e os franceses, os portugueses percebiam a necessidade do estabelecimento de um sistema defensivo. Fortificações de diferentes dimensões e técnicas construtivas foram erigidas por diferentes nacionalidades. Ao longo do tempo e dos combates, os vestígios destas fortificações ou desmoronaram nas barrancas dos rios ou foram “engolidos” pela selva. Apenas um trabalho de arqueologia aliado a uma documentação textual e iconográfica poderia resgatar estas informações. A equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, pioneira no estudo arqueológico do sistema de defesa do Brasil, em todas as campanhas que realizou na Amazônia, manteve atuante uma Unidade de Prospecção e Reconhecimento, que já trouxe resultados positivos na

Área na qual supúnhamos que deveria haver um baluarte. Encontrava-se completamente aterrada, inclusive com árvores e construções.

A partir deste momento, a hipótese da presença de um baluarte estava comprovada. Restava apenas dar continuidade à pesquisa.

Iconografia da Fortaleza de São José de Macapá onde aparece uma planta da distribuição de estacas de madeira na vertical e outras na horizontal sobre as quais se elevariam as muralhas.

Observa-se as estacas de acapu na base desta muralha.





Acima, hipótese comprovada e o baluarte que se encontrava soterrado já completamente visível.

Vista do baluarte descoberto, inclusive a rampa de acesso ao caminho coberto, também descoberta nesta pesquisa.

Abaixo, foram removidos a vegetação nativa e o asfalto na busca de vestígios do outro baluarte.

localização e identificação de diferentes pontos fortificados naquela região.

Embora acreditemos que o estudo histórico e arqueológico das ocupações da Amazônia sejam de fundamental importância para o seu entendimento no presente, lamentamos que esta porção do Brasil seja ainda muito desconhecida da maioria dos brasileiros. Desconhecimento por



falta de leitura, como ainda por falta de um entendimento processual, no qual não sejam apenas privilegiados “nomes e datas”, pois não temos dúvida que uma sociedade que não conhece o seu passado não tem perspectiva de futuro.

Em virtude de o tema central deste artigo ser a escavação arqueológica realizada na Fortaleza de São José de Macapá, daremos um corte temporal e trataremos especificamente desta Unidade de Defesa da Amazônia.

Embora a coroa portuguesa tivesse se desencilhado da espanhola desde 1640, somente na segunda metade do século XVIII, Portugal e Espanha se empenhavam no estabelecimento em definitivo dos limites entre suas colônias sul-americanas. O tratado de Madri (1750), que admitia como espanholas as terras da bacia do rio da Prata e como portuguesas as terras da bacia do rio Amazonas, foi anulado em 1761, trazendo oficialmente de volta a questão, ainda sob o reinado de D. José I. O trabalho de demarcação dos limites, que ficara ao encargo das Comissões Limites, designadas por cada uma das Metrôpoles, arrastava-se sem se chegar a uma definição.

A este tempo, a questão do povoamento da bacia Amazônica parecia uma questão prepon-

derante para justificar a posse das terras. A baixa densidade demográfica de colonos não atendia às necessidades da coroa portuguesa para invocar o *uti possidetis* na disputa pelas terras, durante o estabelecimento dos limites.

Por outro lado, uma outra questão se colocava, então. As numerosas missões religiosas, que congregavam milhares de indígenas, espalhavam-se pela Amazônia. Os religiosos de distintas organizações exerciam não apenas o domínio religioso dos povos indígenas, mas ainda o chamado domínio temporal. No exercício desta dominação, contavam ainda com a descaracterização cultural dos nativos, potencializada pelo aglutinamento de diferentes povos em uma mesma “missão”.

Do ponto de vista do Estado, dois focos principais de missões preocupavam as autoridades: ao sul, os Sete Povos do Uruguai, e ao norte, o conjunto de missões da Amazônia. As soluções políticas adotadas pelos Estados, em uma e outra área, diferiram, ainda que estivessem balizadas pelo interesse de garantir o domínio da colônia. Diferentemente das ações levadas na região sul, marcadas pelo conflito bélico, na Amazônia, a estratégia utilizada buscou outro caminho, que conduziria da mesma forma à destruição das missões, dos aldeamentos religiosos. Optou-se pela destruição formal da instituição, evitando-se retomar o genocídio. Por determinação real (portuguesa), as aldeias das missões foram transformadas em vilas da colônia portuguesa, gerando uma nova condição administrativa e social. A elevação à categoria de Vila retirava dos padres o poder temporal, enquanto que o poder religioso deveria migrar das mãos das ordens religiosas, para ser exercido pelos religiosos seculares, sob a tutela direta do Vaticano. Assegurava-se, assim, a soberania portuguesa. Esta foi, fundamentalmente, a estratégia de ocupação do território, adotada por



Mendonça Furtado, com base na orientação pom-balina, no sentido de integrar definitivamente a região ao Império Português.

Durante a primeira metade do século XVII, quando ainda sob a coroa espanhola, os portugueses assentaram suas primeiras bases no litoral do norte, nas proximidades da entrada do Amazonas. De fato, ocuparam de início, sobretudo, alguns pontos na margem direita. Longe estavam, àquela época, de poder garantir o acesso ao rio. O grande delta do Amazonas não poderia ser facilmente defendido, sobretudo considerando-se o alcance das armas da época. Os fortes do Presépio e Gurupá correspondiam às duas maiores forças dispostas na entrada do rio. O primeiro, um importante forte, na margem direita, junto ao qual

Remoção do aterro, que recobria o caminho coberto interligado ao baluarte oeste.

No alto, confirmação da existência do baluarte oeste.



Redente com 4 bases de canhão. Esta obra cobria a defesa da cortina oposta, que não possuía canhões.

No alto, área recoberta por vegetação nativa e aterro. Nela foi encontrado o redente com 4 bases de canhão.

se iniciava a Vila de Belém. O segundo, o forte de Gurupá, era um complemento importante para o primeiro; um excelente posto de observação na área correspondente à margem esquerda. Aos portugueses, ao contrário dos espanhóis, interessavam guarnecer e ocupar o rio no sentido da foz para montante. Procedimento inverso àquele sugerido aos espanhóis por Acunã.

Para atender ao objetivo de defender a entrada no rio, fazia-se necessário garantir a margem esquerda. Desta forma, a construção da Fortaleza de São José de Macapá já constava nos planos do Governador Mendonça Furtado, desde a criação da então povoação de Macapá, em 1751. Integrava, assim, os planos de ampliação das fronteiras da colônia, definidas inicialmente pelo Tratado de Madri de 1750, que foi posteriormente anulado.

A construção da Fortaleza de São José de Macapá foi iniciada em 1764, tendo sido ergui-

do, inicialmente, o Baluarte de São Pedro. Seu traço e sua construção ficaram sob a responsabilidade de um engenheiro integrante da Comissão Demarcadora de Limites, Henrique Antonio Gláucio. Suas obras se estenderam por dezoito anos, marcados por períodos de forte atividade e por momentos de estagnação.

Foi oficialmente inaugurada em 1782, no dia do santo padroeiro da cidade de Macapá, São José, orago da Fortaleza. Naquela ocasião, a questão da demarcação das terras com a Espanha, praticamente, fora superada. O Tratado de Santo Ildefonso de 1777, legitimando a posse do território pretendido pelos portugueses, demonstrava o acerto da política adotada.

A Fortaleza de São José de Macapá integrou um grande plano de defesa da Amazônia no período pombalino. O seu traçado arrojado e a sua imponência garantiram a ação de presença na região. Embora esta fortaleza já apresentasse dimensões apenas comparáveis ao Forte Príncipe da Beira, de traço do mesmo arquiteto, muitas de suas estruturas externas de defesa já não estavam à mostra no fim do século XIX. Mudanças nos armamentos, nos conceitos das estratégias de defesa, haviam tornado obsoletas algumas estruturas. A própria expansão da cidade de Macapá, assim como mudanças naturais na rede hídrica, paulatinamente, destruíram e encobriram várias obras externas de defesa.

A pesquisa arqueológica realizada revelou um conjunto de obras de defesa que já não se conhecia no século XX. O resgate destas obras externas de defesa proporcionou uma retomada da real dimensão da fortaleza e permitiu um novo entendimento da complexidade militar do monumento.

Na maquete exposta no interior da fortaleza, pode-se observar que não há referência a nenhuma outra obra de defesa externa, além do

Revelin. O visitante que não possua olhos de pesquisador fica impressionado com as dimensões da Fortaleza de São José de Macapá, sobretudo considerando o período em que a mesma foi construída. Entretanto, se o mesmo se aprofundar um pouco mais na sua observação, concluirá que a obra de engenharia militar realizada tem ainda maior complexidade do que se encontra aparente. Saberá que este monumental edifício foi construído em uma área bastante alagada. O entorno da Fortaleza, bem como parte da cidade de Macapá, era um grande charco banhado por um igarapé, que hoje se encontra disciplinado nas suas proximidades.

À época da sua construção, os engenheiros militares deparavam-se com o problema de adaptar o traçado da fortaleza a um terreno que apenas em parte era de terra firme. Do ponto de vista da defesa, isto poderia não representar um problema, mas uma vantagem para os defensores, considerando-se que dispunham de técnicas construtivas adequadas a este tipo de terreno.

Naquela realidade ambiental, os engenheiros militares necessitavam construir esta fortaleza,

cujas muralhas gigantescas estariam assentadas em uma região encharcada. A técnica conhecida consistia na elevação das muralhas sobre um “engradado” de madeira. Atualmente, esta técnica utilizada no século XVIII é conhecida através de referências textuais e iconográficas, entretanto não se conhecia sua aplicação prática em monumentos no Brasil. A pesquisa arqueológica na Fortaleza de São José permitiu identificar ali o emprego desta técnica.

Por ocasião das pesquisas arqueológicas, foram encontradas, sob as muralhas do ângulo saliente de dois baluartes, estacas de madeira que confirmaram a utilização desta técnica naquela obra militar. Eram estacas de “acapu”, madeira resistente à água e que ainda se conservam após vários séculos. Inclusive, quando retiramos um fragmento para análise laboratorial, ainda identificamos o odor característico desta madeira.

Com o prosseguimento das pesquisas, acreditávamos que deveriam ter havido baluartes externos que extremavam um caminho coberto. Caminho que permitiria o deslocamento dos defensores da fortaleza sem risco de serem atingidos por

Ângulo reentrante do caminho coberto voltado para a esplanada.





Em verde, as estruturas descobertas: parte do caminho coberto, a rampa de acesso principal da Fortaleza e o baluarte em frente ao Revelin.

Ao lado, visita da ECEME às escavações e ao Laboratório Móvel.



tiros inimigos. E baluartes que aumentariam o poder de fogo da fortaleza. Sobretudo “cobrindo” ângulos mortos de tiro, decorrente da impossibilidade da colocação de canhões sobre os terrenos que recobriam as casamatas. Foi, portanto, iniciada uma escavação em uma área recoberta por aterro, vegetação e construções. O resultado comprovou a hipótese da pesquisa. Começaram a aparecer vestígios de uma muralha que se constataria, em seguida, que realmente se tratava de um baluarte. Na altura deste baluarte também foi encontrada uma rampa de acesso ao caminho coberto. Esta rampa, bilateral, era o único acesso dos defensores da fortaleza ao caminho coberto e a mesma se encontrava completamente protegida do tiro inimigo.

Após a descoberta deste baluarte, não tínhamos mais a menor dúvida de que a Fortaleza

de São José de Macapá era contornada por obras de defesa externas. Demos prosseguimento às pesquisas na busca de outro baluarte, que deveria se encontrar próximo à avenida Cândido Mendes, na área oeste. A área se encontrava revestida de asfalto que foi removido e, em seguida, começou a aparecer os primeiros vestígios do outro baluarte que comporia as obras de defesa externa da fortaleza. As escavações seguiram a possível interligação entre os baluartes, de modo a localizar o caminho coberto com seus ângulos reentrantes.

Atualmente, após a realização das pesquisas arqueológicas, a Fortaleza de São José de Macapá aparenta uma outra feição que demonstra a pujança da engenharia militar da época.

A Fortaleza de São José de Macapá é um monumento tombado pelo Governo Federal, e a pesquisa arqueológica ali realizada se deve à ação do Governo Valdez Góes, que integrou a Fortaleza a um Parque da cidade, agenciando todo o entorno da Fortaleza, integrando o monumento à cidade que dela se orgulha. A importância deste monumento para os amapaenses é de tal monta que o traçado da Fortaleza consta na Bandeira do Estado.

A equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco sente-se honrada por ter podido dar a sua contribuição para o melhor entendimento deste monumento. Monumento que poderia ser utilizado como escola para o entendimento da complexidade e pujança da arquitetura e engenharia militar de uma época, como servir de referência da preocupação com a defesa da Amazônia brasileira.

MARCOS ALBUQUERQUE é natural de Recife – Pernambuco. Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Professor do Mestrado e Doutorado em Arqueologia da UFPE. Pesquisador do CNPq. Doutor em Arqueologia Histórica e Membro da Academia de Historia Militar do Paraguay.